

Editorial

A *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* propõe-se, desde a sua criação, a atuar como um espaço acadêmico importante para a reflexão sistemática sobre o impacto das transformações em curso no contexto sócio-econômico-territorial do Estado do Rio de Janeiro e de seus impactos em termos da consolidação de uma trajetória sustentável de desenvolvimento. É com grande satisfação que apresentamos a seguir o sétimo número da sua edição. Este número reveste-se de um caráter especial, constituindo, simultaneamente, uma edição comemorativa dos 450 anos da Cidade do Rio de Janeiro, que incorpora reflexões de renomados pesquisadores sobre aspectos particulares da trajetória de desenvolvimento fluminense numa perspectiva histórica e sócio-econômica-territorial. A importância dessas reflexões é reforçada quando se consideram as transformações profundas experimentadas pela economia fluminense nas últimas décadas em termos da configuração de sua estrutura produtiva, da sua infraestrutura regional e urbana e do tecido das suas relações sociais.

As contribuições deste sétimo número, respaldadas pela elevada reputação dos autores, evidenciam o compromisso editorial com um perfil acadêmico interdisciplinar pautado por critérios de excelência e por princípios de autonomia crítica e rigor analítico. A variedade de temas abordados reflete a preocupação com o desenvolvimento a partir de uma abordagem interdisciplinar, incluindo tanto aspectos econômico-histórico-territoriais da trajetória de desenvolvimento do Rio de Janeiro, como aspectos sócio-político-culturais que conferem especificidades a essa trajetória. Além disso, a seleção de artigos inclui a preocupação sobre o papel das políticas públicas nos seus diferentes campos, a partir do embasamento de análises históricas, de reflexões teóricas rigorosas e da preocupação em fornecer subsídios concretos para atividades de planejamento. Nesse sentido, os artigos que compõem este número especial contemplam múltiplas dimensões relevantes no esforço de reflexão sobre os rumos do desenvolvimento fluminense.

Uma dimensão particularmente importante, privilegiada neste número especial, refere-se à elaboração de análises históricas sobre a trajetória de desenvolvimento fluminense, que apontam para elementos importantes que condicionam os limites e oportunidades colocadas no contexto mais recente. Partindo de uma reflexão histórica respaldada em forte base documental, o artigo *A fundação da "cidade-capitania" do Rio de Janeiro e a Repartição do Sul: notas sobre administração colonial*, de Fabiano Vilaça dos Santos, aborda a polêmica sobre a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565/1567, associada à criação da capitania real do Rio de Janeiro, articulando esse processo ao funcionamento da Repartição do Sul do governo-geral do Estado do Brasil, sediada no Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. Essa análise incorpora uma revisão historiográfica sobre a fundação do Rio de Janeiro e um análise do período inicial de sua constituição como cidade, discutindo aspectos da administração da capitania, com ênfase no governo e nas questões jurisdicionais.

O artigo *Um eterno Burgo podre? A política na capital federal na Primeira República*, de Surama Conde Sá Pinto, desenvolve uma discussão no campo da Ciência Política, articulada

a uma rigorosa abordagem histórica sobre o funcionamento da política carioca na Primeira República, ressaltando aspectos como a origem dos membros das elites políticas e das instituições partidárias da cidade, o papel do Senado e dos prefeitos na política local e a atuação da bancada carioca no Congresso. A análise argumenta que a ação interventiva do governo federal não inviabilizou a ação dos representantes da cidade, nem sua organização em torno de siglas partidárias, indicando que, tanto na sua composição quanto na forma de agir, as elites políticas cariocas acrescentaram a diversidade na arena política nacional da Primeira República.

Outra dimensão importante abordada neste número especial refere-se a uma reflexão mais ampla sobre possíveis vocações do Rio de Janeiro no contexto nacional, ressaltando aspectos como a sua “centralidade” e “capilaridade” em relação ao conjunto do território brasileiro. O artigo *O Rio do IV Centenário aos 450 anos: novas funções da cidade e o passado como obstáculo*, de Mario Brum e Rafael Soares Gonçalves, discute as transformações ocorridas nas funções desempenhadas pela cidade nos últimos 50 anos, apontando as visões projetadas para o futuro, quando nas duas datas comemorativas. Em particular, o artigo procura contrastar os direcionamentos subjacentes ao conjunto de reformas urbanas vivenciadas em cada contexto, que atendem a interesses econômicos particulares e procuram moldar a cidade para determinadas funções desejadas, tentando ampliar sua mobilidade e reordenar o espaço urbano. Os modelos de cidade que emergem, com suas projeções e representações, nesses dois momentos históricos distintos, são discutidos, sublinhando-se as diferenças e convergências desses dois períodos.

O artigo *Redefinindo a Paisagem do Rio de Janeiro: dilemas constantes sobre o espaço carioca*, de Augusto César Pinheiro da Silva, discute a “condição identitária carioca” que aceita mudanças constantes da paisagem da cidade do Rio de Janeiro, como reflexo de políticas de modernização espacial que vêm sendo implementadas por agentes políticos em variadas escalas. Argumenta, nesse sentido, que, ao longo dos seus 450 anos, a cidade passou por mudanças reestruturantes da sua morfologia, cujas intencionalidades seguem os modelos tradicionais de desenvolvimento socioespacial, que, muitas vezes, não respeitam as características gerais do sítio carioca e as necessidades de qualidade de vida de sua população. As evidências históricas indicariam que tais modelos se repetem regularmente, adquirindo particular significância no contexto atual de significativas transformações na paisagem da cidade. Em particular, a análise desenvolve uma análise crítica do modelo de cidade ressignificada por megaprojetos, apontando os riscos de exclusão social e de eliminação da pluralidade de espaços que deveria nortear a estruturação de um ambiente urbano com atmosfera mais cosmopolita.

O artigo *História de Capitalidade do Rio De Janeiro*, de Mauro Osório da Silva e Maria Helena Versiani, discute o processo singular através do qual a cidade do Rio de Janeiro se estruturou historicamente como o “eixo da capitalidade” do país ou como a sua “cidade-capital”, entendida como uma cidade que é a sua referência internacional e que não necessariamente é também a sua capital burocrática. O conceito refere-se ao papel da cidade como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória coletiva. Argumenta, nesse sentido, que o papel do Rio de Janeiro como a cidade-capital do Brasil coloca-se como um elemento-chave para o entendimento da trajetória da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, que interfere decisivamente no processo de definição de políticas públicas

e de estratégias econômicas para a região. Procura, desse modo, identificar quais experiências e condições históricas contribuíram para que a cidade do Rio de Janeiro despontasse como o eixo da capitalidade brasileira, discutindo como essa condição de cidade-capital influenciou e ainda influencia a trajetória econômica da cidade e do Estado do Rio de Janeiro.

Outra dimensão contemplada nas análises deste número especial refere-se aos perfis de especialização produtiva da economia fluminense, apresentados a partir de uma abordagem histórica. O artigo *Café e Petróleo: Um Paralelo Histórico*, de Hildete Pereira de Melo e Adilson de Oliveira, faz uma análise comparativa da exploração dessas duas *commodities*, de modo a analisar o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento da economia do Rio de Janeiro, utilizando como fio condutor da análise a abordagem dos efeitos de encadeamentos (*linkages*) propostos por Albert Hirschmann, revisitando o passado opulento do Rio de Janeiro no Império e comparando-o com o cenário oferecido pelo petróleo no século XXI. Desse modo, o artigo avalia se o Rio de Janeiro corre o risco de reviver com o petróleo no século XXI algo similar ao que aconteceu com o café no século XIX, ressaltando possíveis janelas de oportunidades abertas pela produção petrolífera, desde que seja adotada uma política ativa de promoção do enraizamento na economia fluminense dos encadeamentos para trás dessa produção.

O artigo *A contribuição das universidades e indústrias do Rio de Janeiro no desenvolvimento de tecnologias de Defesa Nacional*, de Vitelio Brustolin, discute o papel de entraves à comercialização de tecnologias estratégicas com uso dual – civil e militar – que tornam vantajoso produzir equipamentos militares em território nacional. Em particular, argumenta-se que o país possui estrutura para produção local de ciência e tecnologias de Defesa e que o Estado do Rio de Janeiro destaca-se nesse contexto. Demonstra-se que o Rio de Janeiro é o segundo Estado do Brasil com o maior número de empresas nesse setor e que apresenta um potencial acadêmico expressivo para realização de pesquisas que possam ser utilizadas pelas indústrias, além de contar com a sede de importantes centros de pesquisa das Forças Armadas.

Dois outros artigos desse número especial abordam aspectos relacionados à base sociocultural da cidade do Rio de Janeiro que lhe conferem uma riqueza particular. O artigo *Bate tambor grande, repinica candongueiro, Rio de Janeiro ainda é terra de jongueiro!*, de Elaine Monteiro, discute as relações existentes entre o Jongô/Caxambu, forma de expressão de comunidades negras do Sudeste, e movimentos de resistência e de articulação dessas mesmas comunidades. Destaca, nesse sentido, alguns fatos que precederam o registro do Jongô no Sudeste como patrimônio cultural do Brasil, os quais revelam um movimento de articulação de comunidades jongueiras do Estado do Rio de Janeiro diretamente ligado a características intrínsecas a esta forma de expressão. A análise aponta também os desafios existentes no plano das políticas culturais públicas que de fato tomem os detentores dos bens registrados como sujeitos da política, gerando benefícios concretos para comunidades jongueiras do Estado.

O artigo *Indígenas na Cidade do Rio de Janeiro*, de Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque, aborda a condição atual da população indígena na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. A partir de uma análise da situação dos indígenas nas cidades brasileiras, argumenta-se que a organização indígena nesse contexto se direciona para a contestação do "limbo jurídico" ao qual estão submetidos. Como mostra o exemplo paradigmático do Rio de Janeiro, os indígenas nas cidades têm muita dificuldade em terem seus direitos efetivados, a

partir da suposição de que o fato de esses indígenas estarem nas cidades não os qualificaria como indígenas e, portanto, os mesmos não deveriam ter acesso a direitos específicos, como saúde e educação. Destaca-se, nesse sentido, o preconceito político-administrativo presente no discurso anti-indígena nas cidades, que atualiza o projeto do poder tutelar e carrega em seu sentido a suposição de que os indígenas abdicaram da "proteção" e assistência dos órgãos públicos (FUNAI e outros). Esse processo é associado ao exemplo da Aldeia Maracanã, que produziu ampla visibilidade social indígena, constringendo o governo para a construção de políticas públicas para essa população.

Por fim, três outros artigos desse número especial desenvolvem análises históricas da formação de instituições relevantes para a consolidação do saber acadêmico e para formulação e implementação de políticas públicas, por meio da formação de competências e da consolidação de processos sistemáticos de levantamento e tratamento de informações. O artigo *Memória, história, sociabilidades: um espaço para a geografia brasileira no Rio de Janeiro*, de Luciene Pereira Carris Cardoso, discute a contribuição da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para o reconhecimento do território brasileiro e a promoção do desenvolvimento do saber geográfico no Brasil. Argumenta, nesse sentido, que essa entidade desde a sua criação se estruturou como um espaço relevante de sociabilidade reunindo diversos intelectuais, políticos e cientistas, contribuindo para a formação da geografia como um campo disciplinar autônomo no Brasil.

O artigo *Demógrafos sanitaristas: o remédio era a boa estatística*, de Marco Santos, destaca o papel fundamental de demógrafos sanitaristas brasileiros na história da estatística do Brasil, não só por terem trazido ao país métodos estatísticos científicos, como também pela postura crítica em relação às estatísticas oficiais, produzidas por burocratas sem o estofamento que consideravam necessário. Argumenta-se que esses profissionais tiveram um papel fundamental para a conversão das ciências estatísticas em instrumento indispensável ao político e ao administrador. Discute-se, nesse sentido, desde a atuação destes profissionais como funcionários das áreas de saúde pública e higiene até a chegada de um deles à Direção do principal órgão de estatística nacional, numa trajetória de criação de conhecimento e de posicionamento crítico em relação aos números oficiais. Ressalta-se que o percurso dos demógrafos sanitaristas passa, necessariamente, pela sua atuação nos órgãos de saúde pública criados no Rio de Janeiro e, posteriormente, nos demais estados brasileiros.

O artigo *A luta pelas estatísticas em três momentos marcantes na história do Brasil*, de Nelson de Castro Senra, também discute a relevância da formação de competências no campo estatístico, ressaltando o percurso histórico de surgimento dessa área de conhecimento no Brasil, a partir da diferenciação de três momentos marcantes: um deles, ao tempo do Império (1850), pautado por estímulo de renovação progressista (criação do Arquivo Estatístico Fluminense); e dois outros no tempo republicano, ambos em instantes de celebração: o primeiro (1908) aos cem anos da abertura dos portos às nações amigas (Exposição Nacional), e o segundo (1922) aos cem anos da independência nacional (Exposição Internacional).

O conjunto de artigos presentes neste sétimo número da *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* evidencia a sua consolidação como um veículo importante de discussão do desenvolvimento fluminense numa perspectiva histórica e sócio-econômica-territorial. É com base nessa perspectiva que reiteramos o convite à comunidade acadêmica para se engajar nesse processo e para oferecer a sua contribuição ao debate.